

A velha ameaça contra a democracia

Diante da derrota iminente para Lula nas urnas, o presidente da República reitera suas bravatas contra o Judiciário e diz que, sem auditoria, não haverá eleição presidencial. A comunidade internacional está atenta, mas a reação institucional precisa ser mais clara



Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 23 de Maio de 2022 Nº 59

José Guimarães: "Esta é a eleição das nossas vidas"

Casamento de Lula é manifesto do amor em tempos de ódio

Centrais lançam campanha nacional contra a carestia

Mesmo diante de fraudes, TCU libera venda da Eletrobrás

Nações Unidas alertam: agora o risco da fome é global



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

NESTA EDIÇÃO

STF VOLTA A REAGIR AOS ATAQUES DO ABOMINÁVEL

Pela segunda semana consecutiva, o ministro Alexandre de Moraes é alvo do presidente da República, que tenta acuar o magistrado ao acusá-lo de abuso de autoridade:

Página 12

EDITORIAL. Avançar nas alianças para vencer eleição e reconstruir o Brasil

Página 4

ENTREVISTA. O deputado José Guimarães diz que a eleição é vital para o futuro

Página 6

TSE. Bolsonaro ataca Moraes para deslegitimar o futuro presidente do TSE

Página 14

EUA. Nova embaixadora desencoraja o Planalto a questionar as urnas

Página 15

É O AMOR. Lula se casa com Janja e diz que o amor vai vencer o ódio

Página 16

MINAS. Ex-prefeito de BH anuncia acordo com o PT para eleição presidencial

Página 17

PESQUISA. Em nova rodada eleitoral, Lula se mantém na dianteira

Página 18

ARTIGO. Líder do PT, Reginaldo Lopes defende aperfeiçoamento da LAI

Página 20

RACISMO. Em Curitiba, adversários tentam calar o vereador Renato Freitas

Página 21

ALERTA. ONU prevê o aumento da fome no mundo por conta da guerra

Página 22

ELETROBRÁS. Apesar das suspeitas, o TCU autoriza a venda da empresa estatal

Página 24

INFLAÇÃO. Centrais sindicais reforçam a campanha contra a carestia

Página 26

SOLUÇÃO. Em Araraquara, cooperativa de motoristas cria app de transporte

Página 28

HISTÓRIA. Ibad financiou candidatos em 1962 e países lançam a Unasul

Página 30

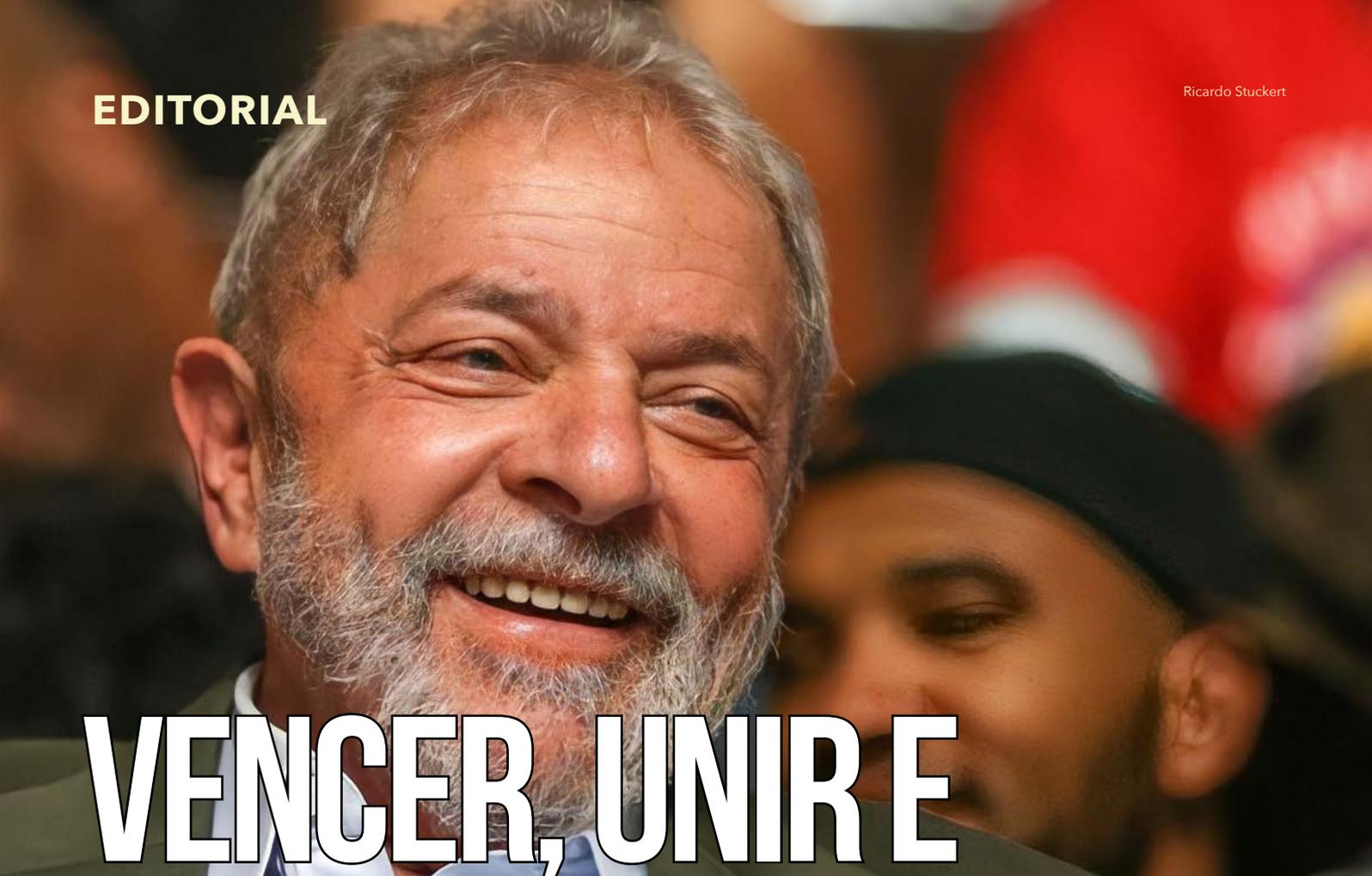
CULTURA. Livro trata do combate ao fascismo nos tempos de Bolsonaro

Página 32

CINEMA. Morre o diretor Breno Silveira, que fez "Dois Filhos de Francisco"

Página 34





VENCER, UNIR E RECONSTRUIR O BRASIL

Aloizio Mercadante

A cinco meses das eleições presidenciais, o povo brasileiro atravessa um deserto econômico e social. A inflação acumulada no último ano é 12%, o desemprego segue alto, foi de 11,1% no primeiro trimestre de 2022 – atingindo quase 12 milhões de brasileiros –, 2/3 da população está endividada, a taxa de juros atingiu 12,75% e alguns itens da cesta básica aumentaram mais de 100% em um ano. O retrato desta gigantesca tragédia social está nas praças e esquinas das grandes cidades brasileiras, em uma proporção nunca vista em nossa história. E tem um responsável direto: o governo Bolsonaro.

O mal desenhado e eleitoreiro Auxílio Brasil está emperrado

e, segundo informa o Estadão, já conta com uma lista de espera de 1,3 milhão de famílias. O mais dramático é que, desse total, quase 8 mil famílias estão em situação de rua. E, segundo as regras do consagrado Bolsa Família, elas deveriam ter prioridade na fila. Outras 233 mil têm filhos de até 4 anos.

Não bastasse isso, o Fundo Monetário Internacional alerta para o impacto do abandono e do atraso educacional que ocorreu durante a pandemia e não teve qualquer política pública para reverter. O FMI aponta que os impactos desse atraso educacional podem diminuir o rendimento médio dessa geração de estudantes atingidos pelo descaso em 9,1% ao longo da vida.

A inflação elevada tende a se agravar ainda mais com o já anunciado aumento nas tarifas de energia elétrica, que têm chegado a

quase 25% dependendo do estado. Ainda há a pressão dos acionistas privados da Petrobrás, que falam em uma defasagem de 20% nos preços da gasolina no mercado interno em relação ao mercado internacional. Por fim, a persistência do conflito entre a Rússia e a Ucrânia segue pressionando os preços internacionais do petróleo, fertilizantes e alimentação.

Outro fator preocupante é a queda na temperatura da última semana em diversas regiões brasileiras, que pode afetar a produção dos alimentos, em um país no qual a agricultura está abandonada e não há estoques reguladores para amenizar o quadro de escassez.

O fim de feira do governo está acelerando a tentativa de privatização da Eletrobrás, autorizada pelo TCU, e que tende retirar da gestão

pública a empresa integradora do sistema, responsável por 40% da geração, tensionando ainda mais as tarifas elétricas.

Diante dessa tragédia, Bolsonaro se mostra incapaz de apresentar uma solução consistente para trazer o Brasil de volta ao caminho do desenvolvimento econômico, social e sustentável. Pelo contrário, aprofunda o populismo fiscal para tentar reverter a inevitável e acachapante derrota nas próximas eleições.

Essa deterioração fiscal pode piorar com a PEC que restabelece o quinquênio para o Judiciário, trazendo de volta os 5% para funcionários, aposentados e pensionistas, a cada cinco anos, ao custo de R\$ 7,5 bilhões por ano. Se tais medidas forem aprovadas, algumas emendas vão tentar ampliar este penduricalho. O impacto poderá chegar a várias dezenas de bilhões de reais. Além de radicalizar ainda mais a insatisfação dos servidores com o arrocho salarial prolongado.

Míope, o ministro Paulo Guedes brada que o “inferno da inflação” passou, mesmo que a pasta da Economia comandada por ele próprio, tenha anunciado aumento de 6,5% para 7,9% para a estimativa da inflação oficial de 2022.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro segue tentando desviar o foco do debate sobre os graves problemas do Brasil real com os já desgastados ataques ao sistema eleitoral e a ministros da Suprema Corte. Segue com suas motociatas, o factóide de uma suposta ação de abuso de autoridade contra Alexandre de Moraes, além do balão de ensaio da venda da Petrobrás e a discussão sobre a regulamentação do ICMS sobre o diesel, agora sob a batuta do novo ministro de Minas e Energia.

Em um cenário de explícita polarização, a chamada terceira via segue perdida em uma vexaminosa disputa interna, ao mesmo

tempo que a candidatura de Lula amplia as alianças com o centro democrático. O mais recente avanço se deu a partir de um entendimento em Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral do país, com o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD).

Com esse consolidado leque de alianças ao redor da candidatura de Lula, avançamos agora para a fase de construção de um programa de governo inovador, portador de futuro e que responda aos desafios deixados pelo desastre que é o governo Bolsonaro.

BOLSONARO SEGUE TENTANDO DESVIAR O FOCO DO DEBATE SOBRE OS PROBLEMAS DO BRASIL COM OS ATAQUES AO TSE E A MINISTROS DA SUPREMA CORTE

A partir desta semana, além de percorrer o Brasil, Lula e Alckmin definirão, junto com os presidentes dos partidos que compõe a coligação, a metodologia, os prazos e os procedimentos para a construção da proposta.

O Brasil poderá finalmente recuperar seu imenso protagonismo perdido na política internacional, nas conferências do clima, nos fóruns dos direitos humanos, nos organismos internacionais e na

integração latino americana. Não menos importante será a discussão de um novo modelo para a Petrobrás, que revisará o PPI e retomará a visão estratégica da empresa, que voltará a investir em pesquisa, extração e refino, além de promover a recomposição dos nossos estoques reguladores.

Ademais, haverá a retomada de uma política agrícola de fomento à agricultura familiar e ao PAA como instrumentos de aumento da oferta de alimentos e controle da inflação. A criação de um novo Bolsa Família, mais amplo e aprimorado, também está no radar, assim como estratégias para a reindustrialização e a transição ecológica, com forte indução em direção a uma economia verde.

A reconstrução será um processo longo, já que o abismo deixado pelo Golpe de 2016 e pelo governo Bolsonaro é enorme. A profundidade das ações dependerá da correlação de forças no Congresso Nacional. Daí a necessidade de elegermos uma maioria consistente de parlamentares que dará sustentação a um possível governo Lula. Exigirá também a restauração do tecido social e a reconstrução da democracia com o resgate das instituições republicanas essenciais ao Estado Democrático de Direito.

Mas, estou seguro de que sem clima de “já ganhou” e com a força apaixonada da militância do PT, PCdoB, PV, PSB, Rede e Solidariedade – e do fortalecimento dos comitês populares em defesa da candidatura de Lula – seremos capazes de novamente vencer as eleições e recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento, da estabilidade e do crescimento sustentável.

O que se vislumbra com Lula é um Brasil soberano, acolhedor, fraterno, extremamente democrático e generoso para todos e para todas. Vencer para unir e reconstruir o Brasil. •

“ESTA SERÁ A ELEIÇÃO DAS NOSSAS VIDAS. O BRASIL CORRE RISCO”

Coordenador do Grupo Tático Eleitoral do PT, o deputado cearense aposta na vitória da democracia sobre o bolsonarismo. Ele explica que, além da vitória de Lula na eleição presidencial, os progressistas precisam garantir uma boa bancada no Congresso para mudar a correlação de forças. “Tudo o que construímos está em jogo: a democracia e os direitos do povo”

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Deputado federal pelo PT do Ceará, José Guimarães atua na coordenação das articulações eleitorais do Partido dos Trabalhadores. A aliança feita com sete partidos é a maior da história da legenda e tem como objetivo principal a eleição presidencial para fazer Luiz Inácio Lula da Silva ser reconduzido ao Palácio do Planalto.

A segunda prioridade, de acordo com o parlamentar, é eleger uma forte bancada na Câmara Federal. Alterar a correlação de forças no Congresso é uma tarefa fundamental deste proces-

so eleitoral. Não há outra forma de promover uma reconstrução do país. “O PT tem que eleger, no mínimo, 80 a 90 deputados e deputadas”, diz. A esperança é que a aliança faça mais de 200 cadeiras na Câmara.

Apesar de reconhecer as dificuldades do atual período eleitoral, Guimarães se mostra otimista quanto à possibilidade de anunciar o ingresso de mais alguns partidos no movimento Vamos Juntos Pelo Brasil. O PSD seria um deles.

Parlamentar há 15 anos, ele viveu intensamente as campanhas difamatórias e a perseguição contra o PT. Durante o Golpe de 2016, era o líder do governo Dilma na Câmara. Muito consciente sobre a resiliência

do PT e do ex-presidente Lula, o deputado brinca: “Vergou, mas não quebrou, como se diz lá no meu Ceará”.

Enquanto figuras que perseguiram o PT, Lula e Dilma estão entrando para o “lixo da história”, o PT demonstra maturidade diante de um enorme desafio. “Esta é a eleição das nossas vidas porque tudo o que nós construímos está em jogo”, afirma José Guimarães. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista à Focus Brasil:

Focus Brasil – Há possibilidade de Lula crescer mais e vencer as eleições no primeiro turno?

José Guimarães – O debate eleitoral foi antecipado não por conta de uma decisão do PT ou



do Lula, mas em função da realidade econômica e social do país. O Brasil está numa crise tremenda, enorme, em todas as dimensões: ambiental, política, social, desemprego... Em todos os quadrantes, estabeleceu-se uma crise de grande envergadura e isso obrigou a sociedade a se mobilizar por conta de uma questão que eu considero que... Nós fizemos um esforço muito grande para puxar o "Fora, Bolsonaro!" no auge da crise da pandemia.

A população percebeu o seguinte: o Brasil tem uma tradição de resolver a crise pelo voto. É uma tradição da República. Não é essas coisas exóticas que de uma hora para outra dá aquele estalo. Não. A população quer ter segurança. Então, ela fez uma opção – ainda que a esquerda não goste de dizer, mas eu vou dizer, categorica-

mente – ela fez uma opção de resolver o problema pelo voto. "Deixa ele aí, não temos força, não temos voto no Congresso para cassá-lo. Vamos empurrar tudo para a eleição".

Por isso que o debate eleitoral foi antecipado e é a partir disso que estabeleceu-se essa polarização. "Ah, é uma polarização entre o Lula e o Bolsonaro porque o PT quer isso ou porque o Bolsonaro quer isso"... Não se trata disso. A polarização é em função da brutal crise que o Brasil vive. E a sociedade brasileira, pelo menos 50% dela, no momento, enxerga que o caminho para derrotar Bolsonaro é o voto. E, ao mesmo tempo, escolher um caminho, uma liderança que se posicionou bem dentro dessa ideia da reconstrução do país. Por isso, Lula lidera as pesquisas e é esse enfrentamento que nós vamos ter. A crise não

será diminuída nesses cinco meses que precedem o processo eleitoral. Vejo que a depender da movimentação que fizermos a partir de agora... Até agora acertamos muito, eu considero. Nós tivemos há duas semanas um acerto brutal. O ato em São Paulo de lançamento, o conteúdo, o jeito que foi feito e a entrada do [Geraldo] Alckmin na campanha deu muito simbolismo. Isso dialogou com o país. As pessoas estão enxergando. Por isso, talvez, não descarto a vitória no primeiro turno. Eu não descarto.

A partir de agora nós temos que consolidar esse movimento "Vamos juntos pelo Brasil". Estava conversando com o pessoal do Rio Grande do Sul sobre a agenda do Lula, lá. Temos que agregar todos os atores e dialogar com o país. O movimento "Vamos Juntos pelo Brasil" dá

amplitude, legitimidade à chapa Lula e Alckmin. E é ela que vai mobilizar amplos setores que não são parte daqueles vinculados ao PT. Por isso que eu considero que a eleição pode ser resolvida no primeiro turno. A questão central é ganhar a eleição. E, para isso, temos que ter quatro ingredientes que são fundamentais. Primeiro, uma ampla aliança. Além dos sete partidos, temos que lutar para ampliar a aliança. Pelo menos parte do MDB... Eu defendo a tese de que nós deveríamos fazer de tudo para trazer o PSD do [Gilberto] Kassab já para o primeiro turno. Eu trabalho, como coordenador do GTE [Grupo de Trabalho Eleitoral do PT], muito nessa dimensão.

Segundo, apresentar os eixos centrais do Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil. Algumas ideias que mobilizem o país para pôr fim a esse desastre econômico e social que vivemos. Terceiro elemento, acertamos em escolher um vice que simbolizasse isso. Fizemos bem. É a primeira vez que eu vejo um vice ir para um encontro nacional como foi aquele em São Paulo, daquela dimensão, com 5 mil militantes, e ser aplaudido de pé. Alckmin fez o discurso concatenado, vinculado ao Lula. O grau de identidade dos dois e da postura do Alckmin foi surpreendente. E o quarto elemento é a campanha na rua. Temos que ir para a rua. Temos que estar nas redes... Evidentemente, a comunicação da campanha tem força central, mas ela será decidida nas ruas. Por isso que precisamos de uma boa aliança, com os eixos centrais do programa de reconstrução, que fale do legado, do presente e do futuro. Com a campanha na rua, podemos resolver a parada no primeiro turno. É uma eleição dura. Não será

fácil. Eles têm base organizada, o bolsonarismo está implantado no Brasil e temos que derrotá-lo globalmente, a partir da figura dele e dos filhos e dessa base bolsonarista que está dentro e fora do Congresso.

– Os palanques já estão sendo montados na perspectiva da construção da governabilidade para 2023?

– Uma preliminar que para mim é central para essa governabilidade... Eu vivi esse drama, fui

É FUNDAMENTAL, PARA CONSTRUIR GOVERNABILIDADE: TEMOS QUE TER BASE NO CONGRESSO E MOVIMENTO E BASE SOCIAL ORGANIZADOS

líder da Dilma quando ela foi “impeachmada”. Tem duas coisas que precisamos olhar com absoluto cuidado. Para construir a governabilidade, temos que ter base no Congresso e movimento e base social organizados. O PT não pode deixar de ter menos de 80 a 90 deputados federais. Senão, não constitui a força do centrão aqui dentro. E vamos ter que dialogar com o Centrão após a eleição, evidentemente. Temos que ter força social. Na base social,

na base popular, os comitês de luta podem jogar um papel importante para vencer a eleição e para o futuro. O PT está cuidando com todo o carinho naquilo que o Lula e a legenda definiram como prioridade. Prioridade número um: a eleição do Lula. É a centralidade. Ela dirige, aglutina e consolida tudo. Número dois: eleição de deputados e deputadas, senadores e, num terceiro nível, governadores e deputados estaduais.

Se a gente hierarquiza isso, dá conta do imperativo que é ter força dentro do Congresso. Se essa é uma prioridade, temos que eleger no mínimo 80 deputados. Não pode ter menos. Tem que puxar voto para nossa federação – PT, PCdoB e PV – e para os partidos que estão na aliança. É preciso que a campanha dê conta disso e não só de puxar voto para o Lula. A pior coisa é você chegar num sindicato e a turma toda fala “ah, votar no Lula”, sim, mas vota ou não nos deputados do Lula? A comunicação da campanha tem que dar conta dessa dimensão porque está relacionado com a governabilidade futura. A segunda questão, temos feito um esforço muito grande. Somos 13 membros do GTE, que é coordenado por mim e pela Gleisi [Hoffmann]. Temos muitos dos palanques estaduais já definidos. No Nordeste, com exceção do Ceará – que tem uma questão a ser definida até o final do mês – os demais estão acertados. Em Pernambuco, acabamos de definir PT no Senado e PSB para o governo. Tem a reeleição da Fátima [Bezerra] no Rio Grande do Norte. Em Sergipe, o Rogério Carvalho. Agora, o candidato à reeleição de Alagoas, que é o presidente da Assembleia, foi eleito e já anunciou apoio ao Lula. E tem o Ceará, que vamos com Izolda [Cela] que assumiu o governo e,

se o PDT não quiser, vamos por outro caminho, podendo até ter candidato próprio. Mas o plano A lá é a Izolda.

No Sul, temos pendências a resolver, mas, por incrível que pareça, no Sul e Sudeste é o melhor momento que o PT está vivendo do ponto de vista eleitoral. São Paulo? Imagina se nós ganharmos a eleição lá, está resolvido nosso problema do ponto de vista da governabilidade via os estados. É o maior estado do Brasil. Estamos muito bem com [Fernando] Haddad. Estamos indo bem no Paraná, com o [Roberto] Requião, em Santa Catarina, com o Décio Lima; e no Rio Grande do Sul, temos uma polêmica que envolve PT, PCdoB, PSB e PSOL. Há a busca pela construção da unidade lá e isso não está resolvido, mas estamos trabalhando. Em Minas Gerais, temos o caminho. Espírito Santo, a ideia de aliança com o atual governador está caminhando. No Rio de Janeiro, a coisa está meio desestabilizada, mas eu já aproveito para informar que fizemos uma reunião importante e reafirmamos, com todas as ponderações, a aliança [Marcelo] Freixo e André Céciliano. Não há duas candidaturas ao Senado, ou três candidaturas ao Senado. Vamos apresentar para o PSB essa chapa, esta configuração política. É claro que o Lula tem que se relacionar com outras forças e candidaturas que desejam apoiá-lo no Rio, mas esse é o segundo momento.

O Norte tem uma ou outra pendência, mas diria que temos o quadro bastante avançado. Temos dez candidatos a governadores, nove candidatos ao Senado que estão dentro das nossas prioridades. É claro que vai ter o momento do "fecho final". O encontro nacional foi adiado, mas penso que se tem uma eleição que estamos cumprindo à

risca essa centralidade que é a eleição do Lula. Temos 27 candidatos a governador, com oito ou dez nos 27 estados. Isso é a prioridade. A prioridade é a disputa nacional. Segunda prioridade, deputados. Terceira prioridade, senadores e depois vêm os governadores. Pra mim, se ganharmos a eleição e elegermos no mínimo 80 deputados federais e o [Fernando] Haddad em São Paulo, os demais estados que nós elegermos é um baita saldo. Imagina, mantermos Bahia,

POR CONTA DA SITUAÇÃO DO PAÍS, A CAMPANHA NÃO PODE ACONTECER SÓ DENTRO DA FORMALIDADE. ELA TEM QUE ESTAR SOLTA E POTENTE NAS RUAS

Piauí, Rio Grande do Norte, resolvermos bem o Ceará, Sergipe e mais agora aqui no Sul? Nossa, vejo que o momento é bom e que precisamos ter um partido organizado, mobilizado e potentemente disposto a fazer o enfrentamento nas ruas com o bolsonarismo.

– **O PSD pode vir a se integrar ao movimento Vamos Juntos Pelo Brasil. Existe a possibilidade de que mais partidos venham a compor a**

aliança no primeiro turno?

– Temos já formalmente constituída uma aliança com sete partidos, do Solidariedade até o PSOL. Estamos dialogando bem com MDB e PSD. O Avante e o PROS são os partidos de menor dimensão nacional. Não há ainda uma definição clara sobre qual caminho trilharão. A tendência do Avante é vir conosco. O MDB está muito dividido e, na pior das hipóteses, teremos grande parte do MDB nos apoiando. E tem o PSD que eu acredito, com essa decisão, esse encaminhamento que foi dado em Minas Gerais, pode ajudar na definição do PSD no primeiro turno. Devemos jogar todas as fichas com essa possibilidade do [Gilberto] Kassab, do PSD nos apoiar num primeiro turno. É um esforço que está sendo feito. É claro que a gente não pode apostar só na aliança institucional com os partidos, mas ela é fundamental.

Temos que apostar no país, em movimentos populares, movimento social, sindical, nas universidades... O que aconteceu quando o Lula foi em Campinas, em Juiz de Fora, em Contagem e Belo Horizonte, mostra o potencial explosivo de jovens. A juventude pode fazer a diferença nesta eleição. Precisamos envolver essa juventude engajada na campanha, que pode fazer a diferença para vencermos a eleição já no primeiro turno. Uma campanha polarizada como esta, por conta da situação do país, não pode acontecer só dentro da formalidade. A campanha tem que estar solta, menos burocrática, mais potente nas ruas. A campanha vitoriosa é a que organiza e mobiliza multidões.

Nisso, vejo uma campanha muito parecida com 1989, não no resultado porque agora temos chances reais. Era muito sonho em 1989. Mas eu acho

que essa esperança reconstruída com a defesa do nosso legado que é muito grande, com um programa ajustado, forte e potente, falando da vida do povo, da economia popular, falando do Brasil real, da educação, do meio ambiente, da soberania... São temas que a sociedade está discutindo. E Lula tem tudo para liderar a reconstrução. Aliás, ouvi uma frase do Aloysio Nunes [Ferreira], ex-senador do PSDB de São Paulo: "O segundo turno é agora". Portanto, o momento é de unir o país em torno de uma ideia central que o Lula representa, de uma aliança e do povo em movimento para derrotar o bolsonarismo. Acho que a campanha vai ser muito politizada, muito dura, mas estou otimista.

– Você acha que o papel do GTE foi o de "pavimentar o terreno" para que o Lula construísse o movimento que ele queria, que era não apenas com o PT, mas candidato de um movimento que, inclusive, abarca o apoio de prefeito, deputados e lideranças de vários partidos que não necessariamente estão no arco de alianças tradicional?

– Sem dúvida. Está todo mundo nessa expectativa de que essa ideia brilhante "Vamos Juntos Pelo Brasil", o simbolismo desse movimento é tão potente que cabe o Brasil dentro. Cabem todos que defendem a democracia, os direitos, a nossa soberania, a questão do meio ambiente. É uma coisa que... Quando fui defender a chapa Lula/Alencar no meu estado, no encontro estadual, fui vaiado no Ceará. Havia uma rejeição ao José Alencar. A coisa, também por conta de tudo o que foi feito contra o Lula, contra o PT, esse processo de reconstrução que o PT viveu, a derrota de 2018, o impeachment da Dilma em 2016, se existem "anos de chumbo",

foram esses. O PT viveu anos de chumbo tanto quanto ou pior do que na ditadura militar. Foi uma perseguição de tal magnitude que não sei se teve outro período na história do Brasil tão brutalmente forte como este ao qual fomos submetidos. E nos mantivemos inteiros. É como se diz no Ceará, "vergou, mas não quebrou".

Diria que temos três grandes disputas: a Presidência da República, a eleição de deputado e São Paulo. As duas eleições

O SIMBOLISMO DO "VAMOS JUNTOS PELO BRASIL" É TÃO GRANDE E TÃO POTENTE, QUE CABE O BRASIL DENTRO: TODOS QUE DEFENDEMOS A DEMOCRACIA

nacionais que precisamos olhar é Lula e Haddad, em São Paulo. Nem em 2002 tivemos tanta chance como agora em São Paulo. E vocês imaginem se essa aliança se ampliar ainda mais em São Paulo, com o PSB, que ainda está pendente... Estou esperançoso que vamos conseguir trazer o PSB para a aliança com o Haddad. Já trouxemos o PSOL, o PCdoB... Estou muito confiante.

E ainda temos a militância do PT, que é algo extraordinaria-

mente revolucionário. Há poucos partidos no mundo com os padrões de organização... Com todas as limitações... Uma militância dessas merece afeto, carinho. Pra mim, é o melhor combustível para um partido, o alimento que nos dá sustentabilidade é a nossa militância. E ela está afim de ir para a rua. Eu acho que essa experiência que está acontecendo... Está em jogo o Brasil. Esta é a eleição das nossas vidas porque tudo o que construímos está em jogo. A democracia está em jogo, os direitos estão em jogo, a vida está em jogo, tudo está em jogo... Por isso que considero que neste movimento, cabe tudo. Basta ter compromisso com a democracia e com o Brasil.

– A mudança que colocou fim às coligações proporcionais favorece o PT? Haverá uma alteração significativa na composição do Congresso?

– Fizemos uma federação com PT, PCdoB e PV em torno do Lula. Tem outra federação em torno do Lula que é PSOL e Rede. Tem o PSB em torno do Lula, o Solidariedade, e o Avante. Além disso, há uma banda do MDB que vem, uma parte ou totalmente o PSD... Então, o que vislumbro é que a correlação de forças será alterada a partir da manifestação do eleitor. Se soubermos trabalhar bem e vincular os deputados dessas federações em torno do Lula, se a comunicação da campanha do Lula der conta dessa questão, nosso campo pode fazer uns 220, 230 deputados federais. E aí você busca aliança para fazer 300 que é o que precisamos para votar as emendas constitucionais.

Precisamos ter força no Congresso, mas não é só. Eu falei antes, temos que ter força institucional, a governabilidade vai se dar

pelo Congresso, mas também socialmente com o povo organizado. Universidades, juventude... Não podemos desprezar mais... Nós desprezamos muito isso nos governos anteriores. O partido tem que continuar funcionando. A Fundação Perseu Abramo faz um belo trabalho e precisa continuar fazendo formação política. O que está em jogo é tudo isso. Não podemos ganhar a eleição e migrar tudo pra lá. O papel do governo é o de governar e desenvolver políticas públicas que alterem o padrão de vida e de desenvolvimento do país. E o partido é o partido. É para sugerir, para sustentar politicamente, mas é, sobretudo, para organizar o povo. Sobretudo para organizar o povo, para não permitirmos o que aconteceu com a Dilma em 2016.

O povo não estava organizado à altura para impedir o golpe que foi dado aqui do Congresso. São boas as chances de a gente alterar a correlação de forças. O "carro-chefe" é o programa que o Lula vai liderar em torno desse movimento daqueles que têm compromisso com a democracia. Por exemplo, como evitar a privatização da Eletrobrás? Temos que ter força aqui dentro. Recompromos os Correios. A Petrobrás, retomar o pré-sal, alterar a política de preços? Temos que ter força. Eu vivi isso dramaticamente quando fui líder na Câmara durante o governo Dilma. Nunca sofri tanto como naquela época. Foram dois anos de um purgatório. Em alguns momentos era um inferno. E estamos vivos. Com o Lula, temos tudo para alterar essa correlação de forças, vai depender do grau de campanha... Se nós fizermos uma campanha com essas ideias para movimentá-la, com força, com o povo nas ruas e com organização popular, não tenho dúvida de que podemos construir uma hegemonia política.

– E a decadência daqueles que usaram a máquina do Estado contra o PT e Lula, principalmente [Rodrigo] Janot, [Sergio] Moro e [Deltan] Dallagnol?

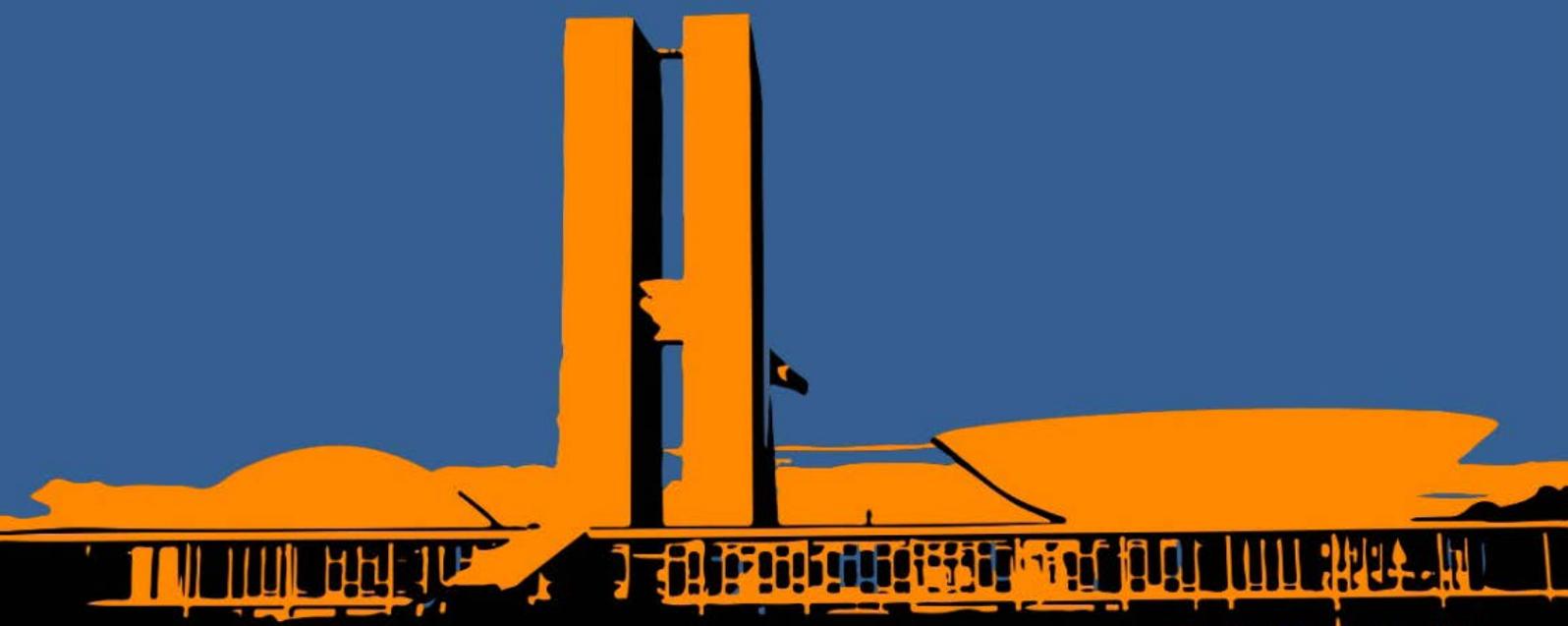
– Dias desses ouvi a pergunta de uma funcionária lá em casa: "Vinha cá, cadê aquele homem que judiou tanto com o Lula?" [Ri]. É uma frase simples, mas expressa o que as pessoas estão vendo. "Cadê aquele povo, aquele rapaz que falava tanto do Lula, mostrava os desenhos na televisão?" então, essa gente que pa-

A ECONOMIA DERRETENDO, A MAIOR INFLAÇÃO DOS ÚLTIMOS 25 ANOS, A FOME... E ESSA GENTE PERAMBULANDO PELO PAÍS VENDENDO O ÓDIO

trocinou o golpe... São o mesmo DNA do Bolsonaro. No meio do caminho se distanciaram, mas quem patrocinou tudo aquilo, sobretudo, a vitória do Bolsonaro, foi o Moro. Eles construíram a partir da Lava Jato um projeto de poder. Esses personagens construíram um projeto de poder, começaram com a Lava Jato e construíram um roteiro. Primeiro, interdita o Lula, prendendo. Fizeram. Depois, derrota a Dilma, afasta a Dilma. Depois, ganha do Haddad e elege o Bolsonaro.

Quem não viu o frisson com que o Moro foi visitar o Bolsonaro eleito lá no Rio de Janeiro?

Tem uma coisa que aprendi com a minha mãe. Ela tem 97 anos, mora no sertão do Ceará, em Quixeramobim. Estive com ela no Dia das Mães. Ela teve 11 filhos e, de quebra, dois deputados: [José] Genoíno, que foi deputado, e eu, que ainda estou nesta labuta. Uma mulher que foi professora primária. Ela diz: "Aqui se faz, aqui se paga". Essa gente não vai esperar nem o castigo de Deus quando partir para outro plano da vida, não. Vai pagar aqui na Terra. Fizeram tudo contra o PT, contra Lula... Quantos de nós fomos agredidos? Eu mesmo. Quantas vezes? Fui quatro vezes visitar Lula em Curitiba. Numa das vezes, no avião, pessoas me engoliam com o olhar impiedoso, traiçoeiro, com ódio. Suportamos tudo isso que eu chamo de "anos de chumbo". Hoje estaremos vivendo outro momento, da reconstrução do país. Essa gente não só tentou destruir o Lula e o PT, mas destruiu o país. O país numa crise dessas, o que o ministro da Economia fala? O país derretendo, a economia derretendo, a maior inflação dos últimos 25 anos, a fome... E essa gente perambulando pelo país, falando em nome da família brasileira, um genocida desses aí. Quero dizer que já me sinto vitorioso. Vamos enfrentar uma eleição dura, mas com a autoestima lá no céu. Pode ter certeza. Nunca fiz uma eleição com tanta vontade. O Brasil não merecia essa coisa feia que está aí. O que está em jogo é o Brasil. As nossas histórias estão em jogo. E eu quero que sejam reescritas, a começar pela vitória da democracia e dos direitos. Será a vitória daqueles que não mudaram de lado. Estamos inteiros e preparados para derrotar o bolsonarismo e voltarmos a governar o Brasil e devolver o país aos brasileiros. •



Arte: Nathalie Nascimento

A AMEAÇA VELHA DO GROTESCO BOLSONARISMO

Os ataques permanentes do presidente ao processo eleitoral e às instituições do Judiciário expõem a velha tática da extrema-direita de tentar justificar uma virada no jogo, diante da iminente derrota para Lula em outubro. Bolsonaro levanta suspeitas infundadas

O presidente Jair Bolsonaro fez uma jogada de alto risco na semana passada. Na tentativa de se antecipar a um desfecho negativo para suas pretensões de ser reeleito em outubro, o líder da

extrema-direita apresentou ao Supremo Tribunal Federal um recurso contra o ministro Alexandre de Moraes, lançando sobre o magistrado a acusação de que ele vem cometendo abuso de autoridade. A manobra deu errado. Relator do pedido, o ministro

Dias Toffoli indeferiu o recurso, arquivando-o em seguida.

Bolsonaro tenta escapar do inevitável. Ele sairá responsabilizado no inquérito policial que apura os autores dos ataques e ameaças às instituições do país, incluindo os próprios ministros

do STF. Moraes é o relator do inquérito que investiga agressões e fake news lançadas em 2019 pelo bolsonarismo nas redes sociais, estimulando inclusive extremistas a atacarem a sede da Suprema Corte com bombas e fogos de artifício. Na sexta-feira, 20, Moraes foi chamado de líder da oposição pelo presidente da República. A sombra da suspeita que Bolsonaro tenta jogar sobre o ministro do STF tem alvo certo: antecipar o jogo que o Planalto vem fazendo para deslegitimizar o papel de Alexandre de Moraes, que assume a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral em agosto, no começo da campanha eleitoral. Radicais dentro do governo defendem que Bolsonaro aumente a pressão e leve a empreitada jurídica a tribunais internacionais.

A manobra tende a enfraquecer ainda mais o líder brasileiro diante da comunidade internacional. Nas últimas semanas, as agências de notícias passaram a dar destaque a cada declaração polêmica do presidente brasileiro, mostrando seus devaneios autocráticos e ditatoriais. No último dia 18, a Reuters destacou que o senador Flávio Bolsonaro apontou que o Brasil pode vir a enfrentar 'instabilidade política' depois da eleição, caso a Justiça Eleitoral não assegure transparência sobre o sistema de votação. Em entrevista à emissora SBT, o filho 01 levantou que a eleição pode ser "manipulada" pelo TSE. Ele disse que

FLÁVIO: "SE NÃO TIVERMOS, DO TSE, SENSO DE RESPONSABILIDADE, COM MEDIDAS TRANQUILIZADORAS, É POSSÍVEL, QUE HAJA INSTABILIDADE POLÍTICA NO PAÍS"



TRAIÇOEIRO No encontro com Alexandre de Moraes, Bolsonaro riu amarelo e fez de conta que respeita o magistrado a quem chama de líder da oposição

as pesquisas eleitorais também estão sendo manipuladas, porque indicam a vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "As pesquisas [de opinião pública] estão servindo para legitimar um golpe", afirmou.

Os comentários ocorrem em meio a preocupações crescentes no Brasil e em Washington de que Bolsonaro pode se recusar a aceitar a derrota nas urnas, preparando o cenário para uma grande crise institucional no maior país da América Latina. "Acho que se não tivermos, do TSE, esse senso de responsabilidade, com medidas concretas para tranquilizar os eleitores, é possível, sim, que haja instabilidade política no país", ameaçou. "Não estou pedindo isso, ok? Não estou incentivando. Estou dizendo o contrário. Cabe ao TSE fazer o seu trabalho". No dia anterior, o

atual presidente do TSE, ministro Luiz Edson Fachin alertou para a possibilidade de o Brasil vir a ser alvo de um ataque semelhante ao motim ocorrido no Capitólio dos Estados Unidos, no início de 2021, em meio à agitação promovida nas redes sobre a lisura do processo eleitoral brasileiro e que incentiva o descrédito nos outros poderes antes das eleições presidenciais de outubro. Fachin disse que a "regressão" antidemocrática testemunhada em outros países já "se infiltrou" no Brasil. "A Justiça Eleitoral está sob ataque. A democracia está ameaçada. A sociedade constitucional está em alerta", disse. Ele ainda anunciou que a Justiça Eleitoral espera ter mais de 100 observadores nas eleições de outubro, incluindo autoridades da União Europeia. O ministro fez os comentários durante uma palestra sobre democracia latino-americana proferida pelo especialista em eleições Daniel Zovatto, da International IDEA, organização sueca que defende os processos democráticos. Juristas acionaram a Organização das Nações Unidas na quarta, 18, alertando a comunidade internacional para o cerco promovido por Bolsonaro ao sistema judicial brasileiro e às instituições.



PASSANDO PANO O procurador-geral não vê crime nas constantes ameaças feitas pelo presidente. Na avaliação do PGR, é só uma opinião

Eles cobraram providências do relator especial da ONU sobre a independência de juízes e advogados, Diego Garcia-Sayán: “O Judiciário brasileiro está sob cerco. A independência judicial no Brasil está enfrentando desafios sem precedentes desde a democratização na década de 1980”, afirmou.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, continua a passar pano para Bolsonaro e não tem constrangimento em defendê-lo, mesmo quando o presidente ataca as instituições e outros Poderes da República. Ele alega que o chefe do Executivo não cometeu qualquer crime ao questionar a legitimidade do sistema de votação ou sugerir que pode não admitir a derrota nas eleições de outubro. “Se o presidente pensa, como [Donald] Trump, que há problemas

[com o sistema eleitoral], seus comentários só infringem a lei se interferirem no processo democrático”, disse. “Apenas dizer isso não é um crime”. Os comentários de Aras, responsável por processar crimes eleitorais, sugerem que Bolsonaro não enfrenta nenhum risco legal de curto prazo por suas investidas contra o sistema eleitoral brasileiro, mesmo quando parlamentares e juízes da Suprema Corte soam o alarme.

No dia 16, representantes de organizações da sociedade civil se reuniram com Fachin para prestar solidariedade ao TSE e entregar uma carta na qual repudia a posição de Bolsonaro e colocando-se à disposição para defender as eleições e a democracia. Os dirigentes das entidades ainda apresentaram sugestões de como o tribunal pode atuar para proteger as eleições.

**JURISTAS À ONU:
“O JUDICIÁRIO
BRASILEIRO ESTÁ
SOB CERCO. A
INDEPENDÊNCIA
JUDICIAL NO BRASIL
ESTÁ ENFRENTANDO
DESAFIOS SEM
PRECEDENTES”**

“Tais agressões, bravatas e afirmações, desprovidas de respaldo técnico, científico e moral, servem a um único propósito: o de gerar instabilidade institucional, disseminando a desconfiança da população brasileira e do mundo acerca da correção e regularidade das eleições brasileiras, e, por consequência, descreditar o próprio país, como nação democrática, colocando em xeque a segurança jurídica, em momento especialmente delicado, em que se faz essencial a tranquilidade e a isenção de ânimos, para que o processo eleitoral transcorra sem sobressaltos ou mesmo atos de violência”, diz um trecho do documento. A carta é endossada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Associação Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia (APD), Associação Americana de Juristas (AAJ), Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Associação de Juristas pela Democracia (AJURD), Associação Juízes para a Democracia (AJD), Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), Coalizão Negra por Direitos, Coletiva Mulheres Defensoras Públicas do Brasil, Coletivo Transforma MP, Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), Comissão Justiça e Paz de Brasília (CJP-DF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação Nacional dos Estudantes de Direito (FENED), Fórum Social Mundial Justiça e Democracia (FSMJD), Grupo Prerrogativas, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Sindicato dos Advogados de São Paulo. •

SINAL AMARELO EM WASHINGTON

No Senado norte-americano, os democratas cobram da administração Biden uma posição mais dura aos constantes ataques de Bolsonaro à Justiça Eleitoral e às instituições brasileiras

As ameaças à democracia feitas pelo presidente Jair Bolsonaro, com reiterados ataques ao Poder Judiciário, a integrantes de tribunais superiores e às urnas eletrônicas entraram no radar da comunidade internacional. Nas duas últimas semanas, agências internacionais de notícias deram destaque às declarações abusivas do líder da extrema-direita brasileira, questionando o processo eleitoral e cobrando uma auditoria privada das urnas eletrônicas.

A retórica agressiva de Bolsonaro acenderam o sinal amarelo no Senado em Washington, obrigando o governo Joe Biden a simular alguma preocupação com o risco de ruptura no maior país da América Latina. Biden até afrouxou o cerco a Bolsonaro, tentando superar o impasse da diplomacia norte-americana, ameaçada pela perda de influência enquanto se prepara para realizar a Cúpula das Américas, no início de junho. Ele quer Bolsonaro no evento.

Na quarta-feira, 18, a diplomata Elizabeth Bagley, indicada por Biden para a Embaixada dos EUA no Brasil, declarou durante sabatina no Senado: "Eles (brasileiros) têm um sistema eleitoral democrático, têm um judiciário e legislativo independentes, têm liberdade de expressão. Eles têm todas as instituições democráticas de que precisam para ter eleições livres e justas", disse.

A diplomata foi comedida no uso das palavras, acrescentando que acompanha os processos eleitorais há 30 anos e destacou que as instituições democráticas

do Brasil estão funcionando. "Sei que não vai ser um momento fácil, por causa dos muitos comentários dele", disse, referindo-se às acusações e suspeitas lançadas por Bolsonaro. "O que vamos continuar a fazer é mostrar nossa confiança e nossa expectativa de que eles terão uma eleição livre e justa", disse.

Os comentários vieram depois que o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, o democrata Bob Menendez, perguntou à diplomata quais medidas ela tomaria para garantir o apoio à integridade das próximas eleições brasileiras em outubro. A ala progressista do Partido Democrata teme que o regime brasileiro venha a sofrer novos recuos a partir da leitura reativa de Bolsonaro do processo eleitoral de outubro. Há o temor no Capitólio de que ele repita Donald Trump e não aceite o resultado, em que provavelmente amargará uma derrota para Luiz Inácio Lula da Silva, líder das pesquisas.

"A relação bilateral com o Brasil exigirá um forte porta-voz (dos Estados Unidos) no Brasil, principalmente enquanto o país se prepara para contenciosas eleições presidenciais em outubro", afirmou o senador democrata Edward J. Markey, de Massachussets. "Você está indo para um país onde o retrocesso democrático é uma preocupação real. Estamos preocupados com o atual líder do Brasil, que tem tentado minar a essência do processo eleitoral", reforçou Menendez.

O presidente do Brasil tem alegado repetidamente que o sistema de votação e suas máqui-

nas são passíveis de fraude. As declarações têm sido reiteradas, mesmo sem que Bolsonaro tenha fornecido qualquer evidência e tendo sido ele mesmo eleito em 2018 com as mesmas urnas eletrônicas introduzidas há 26 anos.

As relações entre as duas maiores democracias das Américas esfriaram desde que Biden assumiu a presidência. Admirador do ex-presidente Donald Trump, Bolsonaro demorou a reconhecer a vitória de Biden. No início do ano passado, o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA também cobrou do Itamaraty uma condenação do ataque de Trump ao Capitólio.

Na ocasião, Menendez criticou duramente o então chanceler do Brasil, Ernesto Araújo. "O Brasil está priorizando essencialmente o relacionamento de seu governo com uma facção estreita e radical do espectro político dos Estados Unidos", condenou. "Este é um erro estratégico significativo que pode ter ramificações para nossas relações diplomáticas no futuro. Tais comentários não são ações de um aliado e podem prejudicar a parceria entre os EUA e Brasil".

Ainda na quarta-feira passada, um grupo de advogados e juristas solicitou à Organização das Nações Unidas que visitem o Brasil e denunciem os atuais ataques do presidente da República ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral. Eles sustentam que o órgão eleitoral e os tribunais enfrentam uma campanha de desconfiança sem precedentes, lançada por Bolsonaro e seus apoiadores. •



O AMOR NOS TEMPOS DE CÓLERA

O ex-presidente Lula se casa com Janja, e faz da cerimônia um manifesto de amor e compromisso com dias melhores para o país: “Um homem de 76 anos apaixonado como eu, disposto a casar, só pode querer coisas boas para este país”

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se casou na noite de quarta-feira, 18, com a socióloga Rosângela Silva, em uma cerimônia discreta para 150 convidados, realizada em São Paulo, numa celebração de amor e esperança de dias melhores para o povo brasileiro e para a nova fase de sua vida.

“Decidi me casar novamente porque acredito que o Brasil pode ser consertado”, disse Lula, durante a cerimônia católica. “Um homem de 76 anos apaixonado como eu, disposto a casar, só pode querer coisas boas para este país”.

O político de esquerda, que foi presidente do Brasil entre 2003 e 2010, lidera todas as

pesquisas e é apontado pela mídia brasileira e mundial como a força que pode restabelecer um novo paradigma para o país. O Brasil enfrenta, desde 2019, a má-vontade da comunidade internacional por conta da agenda do presidente Jair Bolsonaro, líder da extrema-direita.

É o terceiro casamento do ex-presidente. Suas duas esposas, Maria de Lourdes da Silva e Marisa Letícia, morreram. A primeira, com quem se casou em 1969, veio a falecer em 1971, vítima de hepatite. Já Marisa Letícia faleceu em 3 de janeiro de 2017, vítima de um AVC decorrente do rompimento de um aneurismo.

Lula começou a namorar Janja em 2018, enquanto estava preso na carceragem da Polícia

Federal, depois de ser condenado injustamente e sem provas pelo então juiz federal Sérgio Moro, titular da Vara Federal de Curitiba. As condenações foram posteriormente anuladas pelo Supremo Tribunal Federal.

Entre os convidados para o casamento de Lula, celebrado pelo bispo emérito de Blumenau (SC), dom Angélico Sândalo, que conhece Lula desde a década de 1970, estavam políticos, como a ex-presidenta Dilma Rousseff, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT), a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann (PR), o ex-ministro Franklin Martins e o senador Jaques Wagner (PT-BA), além de amigos do casal e artistas, incluindo Gilberto Gil, Daniela Mercury e Tereza Cristina. •

EM MINAS GERAIS, KALIL FECHA ACORDO COM LULA

No segundo maior colégio eleitoral do país, o ex-prefeito de Belo Horizonte, candidato ao governo do estado pelo PSD, sinaliza apoio ao candidato a presidente do PT. “Eu tenho uma visão humana, como o presidente Lula”, disse



As eleições presidenciais passam pelo estado de Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral do país, atrás apenas do estado de São Paulo. E o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu fechar uma aliança política com o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD). O anúncio foi feito na última semana pelo próprio Kalil.

No começo de maio, ele pediu, durante sabatina ao site UOL e à *Folha de S.Paulo*, que gostaria de fechar uma aliança formal com o Lula. E elogiou o ex-presidente, chamando-o de “grande líder”. “Eu tenho uma visão humana, como o presidente Lula”, disse. “O que o candidato Alexandre Kalil quer é uma aliança formal com o presidente Lula”.

Na quinta-feira, 19, Kalil sinali-

ALIANÇA Ex-prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD) disse que quer uma aliança com o ex-presidente para a reconstrução do Brasil

zou que apoiará Lula e se reuniu com o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador da campanha de Lula em Minas e líder do PT na Câmara dos Deputados, e com o deputado estadual Agostinho Patrus (PSD-MG), que desistiu de ser o vice.

Reginaldo abriu mão de disputar a eleição para uma cadeira no Senado Federal pelo PT. “Se é pelo bem da aliança, está resolvido. Em nome da reconstrução do Brasil e da reconstrução de Minas... Eu não sou empecilho, não quero ser um obstáculo”, disse Reginaldo Lopes.

Um dos entraves para PT e PSD chegarem a um acordo era justamente a disputa pela única vaga ao Senado, com Reginaldo de um lado e o senador Alexandre Silveira (PSD-MG) do outro.

Nenhum dos partidos queria ceder quanto à candidatura ao Senado. No início da semana, a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), anunciou que Reginaldo assumiu a coordenação da campanha de Lula em Minas.

Pesquisas mostram que, quando o nome do ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil é associado a Lula, suas intenções de voto disparam para o governo de Minas Gerais.

Enquanto isso, o PL de Jair Bolsonaro já sinaliza que poderá a vir desistir de lançar candidato ao governo de Minas para apoiar o governador Romeu Zema (Novo), que tenta a reeleição. O apoio de Bolsonaro a Zema, contudo, vinha sendo evitado pelo governador que teme perder votos. •



É A ECONOMIA, GALERA!

Brasileiros se preocupam com o aperto financeiro e as dificuldades de se alimentarem e pagarem as contas. Não há eco para as bravatas do inominável que está no Planalto. No Ipespe, Lula lidera com 44%

Matheus Tancredo Toledo

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro aposta no enfrentamento aos integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o verdadeiro problema para os brasileiros é a falta de dinheiro no bolso, a economia. Neste artigo, trazemos as análises

do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, sobre levantamentos recentes divulgados pelos institutos.

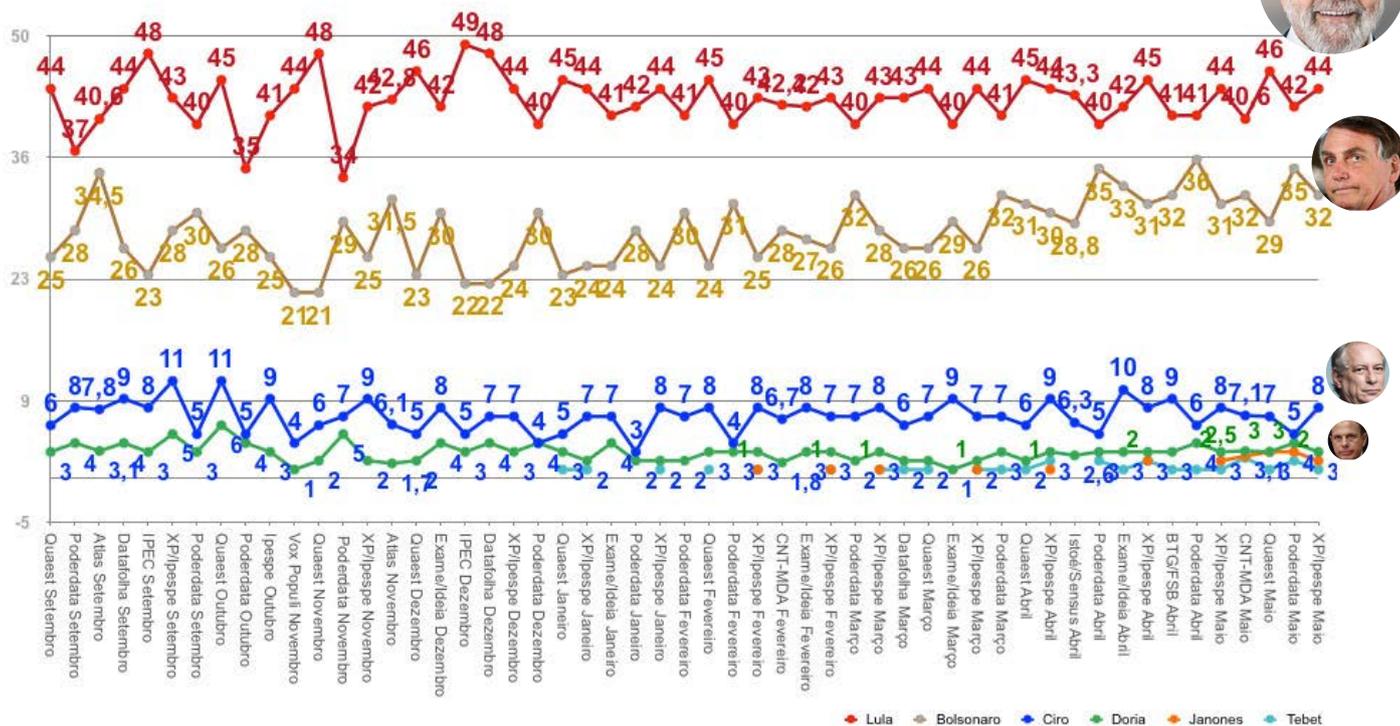
De acordo com o Ipespe, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera a corrida presidencial com 44% das intenções de voto em primeiro turno, seguido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), com 32%, que busca a

reeleição. Em sequência, aparecem os candidatos Ciro Gomes (PDT), com 8%, João Doria Janones (PSDB), com 3%, André Janones (Avante), com 2% e Simone Tebet (MDB), com 1%.

Nas simulações de segundo turno, Lula lidera com 54% contra 35% de Bolsonaro, e 52% contra Ciro Gomes, com a 25%. A rejeição eleitoral de Bolsonaro é de 59%, a mais alta entre os candi-

Evolução da corrida presidencial. Primeiro turno

Dados compilados pelo Noppe/FPA



Elaboração: Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo

dados, seguido por Doria (55%), Lula (43%) e Ciro (42%).

O instituto mensura a rejeição ao questionar os entrevistados se conhece o candidato, se votaria com certeza, se poderia votar ou se não votaria de jeito nenhum - esta última sendo a medida de rejeição. O Ipespe mostra que 55% dos brasileiros votariam em Lula - somando os que com certeza votariam com os que talvez votariam, praticamente o número que o ex-presidente alcança no segundo turno. O potencial de votação de Bolsonaro é de 40%.

Segundo a CNT/MDA, realizada com metodologia telefônica (diferente das anteriores do instituto que eram presenciais), 45,7% dos brasileiros veem a eleição de 2022 mais polarizada que a 2018, enquanto 11,6% consideram o pleito atual menos polarizado, e 34,2% não veem diferença entre ambos.

O Ipespe demonstra que os brasileiros esperam que o próximo presidente priorize a questão

econômica, a educação e saúde. Segundo o instituto, 26% dos brasileiros esperam que a prioridade seja o combate à inflação, enquanto 15% veem o desemprego como questão central, 7% a fome/miséria e 1% os salários - um total de 49% mencionando questões econômicas.

Para 24%, a educação deve ser prioridade, enquanto a saúde é mencionada por 15%. O tema da corrupção é prioridade para 6% da população. Os dados reforçam as avaliações do NOPPE, que com base nas últimas pesquisas tem apontado que o tema econômico é o centro da agenda: 98% sentem o impacto inflacionário, segundo o Ipespe, e 63% esperam aumento dos preços nos próximos meses. A economia está no caminho errado para 62% dos brasileiros e 51% reprovam o governo. E 32% avaliam o governo como ótimo ou bom.

De acordo com a CNT/MDA, somente 28,7% tem expectativa de aumento na renda no próximo

período, e 39,3% esperam melhora no emprego. Mas 51% esperam manutenção da renda e 17,7%, a diminuição. Nada menos que 19,9% avaliam que a situação do emprego irá piorar, e 38,4% que irá se manter.

Enquanto o presidente da República segue apostando no conflito com o STF e seus ministros, por um lado, e com o TSE e a organização das eleições, de outro, a população não adere aos seus discursos - o que está na ordem do dia é a economia.

Segundo a Quaest, 45% dos brasileiros consideram que o indulto dado ao deputado Daniel Silveira foi errado, enquanto 30% consideram certo e 25% não souberam responder. 75% dos brasileiros confiam, em algum grau, nas urnas eletrônicas - somente 22% não confiam. Segundo a CNT/MDA, 68% confiam nas urnas e 28,6% não confiam.

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.

OS DEZ ANOS DA LAI

A Lei de Acesso à Informação tornou-se um instrumento para mudar a cultura dos agentes e gestores das políticas públicas no Brasil e também é um instrumento para a utilização dos recursos públicos. Mas precisamos avançar. Como justificar o sigilo de 100 anos para o simples atestado de vacina do presidente negacionista?

Reginaldo Lopes

Neste mês de maio, completa-se dez anos de vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI), um avanço democrático conquista-



tado a partir de projeto de minha autoria. Sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, a lei fortaleceu expressivamente a luta contra a corrupção. Neste momento, temos o desafio duplo de aperfeiçoá-la e defendê-la dos ataques do governo de extrema direita liderado por Jair Bolsonaro.

É impossível uma democracia sem transparência e que não garanta o direito à informação de todos os poderes, em todos os níveis, como um bem e um direito do seu povo. Na Câmara dos Deputados, em audiência pública na última semana, vários pesquisadores, estudiosos e servidores públicos que trabalham diretamente com a LAI apresentaram sugestões de aprimoramento do instrumento. E confirmaram que a lei tem consolidado o Brasil no hall das democracias contemporâneas e também se tornou o principal instrumento do povo no exercício pleno da cidadania.

No enfrentamento à Covid, por exemplo, não fosse a utilização da LAI, o povo brasileiro não

teria comprovado que de fato a cloroquina e a ivermectina - não tinham nenhum embasamento científico ou alguma recomendação do ponto de vista sanitário para o combate à pandemia. Bolsonaro e seus fanáticos foram desmascarados.

Esse é só um exemplo que mostra como é importante a lei para o país e nossa democracia.

Nesses últimos dez anos, a sociedade brasileira, somente no âmbito federal, solicitou mais de 1 milhão e 200 mil pedidos de informação. Só na Câmara Federal foram quase 500 mil pedidos, a ampla maioria relacionada a proposições legislativas da Casa.

A LAI tornou-se um instrumento para mudar a cultura dos agentes e gestores das políticas públicas no Brasil e também é um instrumento para a utilização dos recursos públicos. Com ela, podemos acertar muito mais na elaboração das políticas. A partir da transparência como regra é que nós vamos fazer um novo país.

Mas precisamos também melhorar a transparência ativa. É importante que municípios e estados melhorem cada vez mais seus portais de transparência, que os sites sejam mais inteligentes, que as informações sejam de mais fácil acesso, que o povo possa encon-

trar, de maneira mais simplificada, as informações.

A lei é um sucesso, mas vamos trabalhar para melhorá-la e aperfeiçoá-la. Vou apresentar projetos para a inclusão dos partidos políticos e dos clubes de futebol e diminuir o prazo do sigilo de documentos para 25 anos. A Câmara já analisa o Projeto de Lei 4894/16, de minha autoria, que cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública. Hoje, somente sete secretarias estaduais de disponibilizam sua política estadual de segurança pública e somente quatro órgãos publicam relatório sobre mortes de policiais.

A sociedade precisa se conscientizar da importância da transparência no setor público, em todos os níveis, como já ocorre nas democracias consolidadas. É preciso alertar, porém, que a conquista enfrenta ameaças do atual governo. Como justificar o sigilo de 100 anos para o simples atestado de vacina do presidente negacionista? Ademais, há no Congresso Nacional mais de 20 projetos com sugestões de alterações. Dois deles têm o claro objetivo de reformar negativamente a LAI.

É preciso assegurar os avanços e aprofundar a transparência, que é essencial para a democracia, a luta contra a corrupção e a defesa da justiça. •

* Economista, é deputado federal eleito por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.



RENATO FREITAS OBTÉM VITÓRIA

Vereador do PT consegue suspender sessão da Câmara de Curitiba que pretendia cassar o seu mandato parlamentar. Ele é acusado de “invadir” igreja ao denunciar a prática de racismo

O vereador petista Renato Freitas, de Curitiba, obteve na última quinta-feira, 19, importante vitória na luta em defesa de seu mandato parlamentar. A 5ª Vara de Fazenda Pública acolheu liminar impetrada pelo vereador e suspendeu a sessão da Câmara Municipal de Vereadores que decidiria pela cassação.

Renato enfrenta acusação de quebra de decoro por ter realizado protesto contra o racismo, em fevereiro, na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Na liminar, ele alega parcialidade e motivação racista no processo, evidenciadas em mensagem eletrônica com injúria racial atribuída ao relator do julgamento, o também

vereador Sidinei Toaldo (Patriotas).

Rastreamento mostra que o e-mail com a denúncia teve origem na conta institucional de Toaldo. O texto refere-se ao petista como “negrinho” e diz ainda que o processo irá “branquear Curitiba”.

A suspensão do julgamento dará início a uma sindicância interna da Câmara. Caso prevaleça a tese de parcialidade e motivação racista, o processo de cassação pode ser extinto. Renato está confiante. “É uma vitória da democracia”, disse ele.

A defesa do vereador tem alegado racismo e perseguição política desde o início. A própria Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Arquidiocese de Curitiba haviam defendido

publicamente o vereador petista. As acusações tiveram início com a justificativa de que Renato teria desrespeitado o templo católico onde realizou protesto. O Partido dos Trabalhadores também saiu em defesa do parlamentar.

Advogado e professor, Renato está em seu primeiro mandato na Câmara Municipal de Curitiba, aos 37 anos. Em 5 de fevereiro, ele e um grupo de manifestantes que protestavam contra o assassinato do congolês Moïse Kabagambe entraram na igreja, no centro de Curitiba. O vereador pediu desculpas dias depois, em sessão na Câmara: “Não quis ofender o credo de ninguém”. No protesto, não houve depredação nem agressão física. •



A AMEAÇA DA FOME GLOBAL

ONU alerta que a Guerra na Ucrânia aprofunda o quadro crônico de falta de comida a imensas populações. Desde 2016, o total de pessoas passando fome subiu 500%, segundo a ONU

A guerra no leste europeu, com os ataques da Rússia à Ucrânia que completa três meses esta semana, vai agravar a fome no mundo. Na última quinta-feira, 19, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Antonio Guterres, alertou que o conflito agravará a

fome em países que já têm situação extrema. A situação já vinha preocupando a ONU, por conta das mudanças climáticas e da pandemia da covid. Atualmente, mais de meio milhão de pessoas no mundo vivem em condições de fome, uma elevação superior a 500% desde 2016. Guterres alertou que "a crise da fome pode vir a durar vários anos".

A invasão da Ucrânia pela Rússia significa uma enorme queda nas exportações de alimentos e já provocou o aumento de preços de até 30% para alimentos básicos, ameaçando pessoas em países da África e do Oriente Médio. Existem quatro ações que os países podem adotar para quebrar "a dinâmica mortal do conflito e da fome", começando com o

investimento em soluções políticas para acabar com os conflitos, prevenir novos e construir uma paz sustentável.

“Quando há guerra, as pessoas passam fome”, disse António Guterres ao Conselho de Segurança da ONU. Ucrânia e Rússia produzem quase um terço do trigo e da cevada mundial e são responsáveis por metade da produção global de óleo de girassol, além de produzirem fertilizantes. Ele prevê que se os preços dos fertilizantes continuarem em alta, a crise atual de grãos e de óleo de cozinha poderá afetar muitos outros alimentos, incluindo o arroz, impactando bilhões de pessoas na Ásia e Américas.

Guterres disse que acabar com a fome está ao alcance de todos, uma vez que existe “comida suficiente no mundo para todos, se houver ação em conjunto”. Ele destacou que cerca de 60% das pessoas desnutridas do mundo vivem em áreas afetadas por conflitos. No último ano, a maioria das 140 milhões de pessoas que sofrem de fome aguda em todo o mundo estava concentrada em 10 países: Afeganistão, República Democrática do Congo, Etiópia, Haiti, Nigéria, Paquistão, Sudão do Sul, Sudão, Síria e Iêmen.

No Chifre da África, a situação é delicada porque a região está sofrendo sua maior seca em quatro décadas. A falta de chuvas já afeta mais de 18 milhões de pessoas, enquanto conflitos contínuos e insegurança fazem parte constante da realidade dos povos da Etiópia e da Somália. Em todo o mundo, 44 milhões de pessoas em 38 países estão em níveis de emergência, conhecidos como IPC 4 ou a um passo da fome. E mais de meio milhão de pessoas na Etiópia, Sudão do Sul, Iêmen e Madagascar já estão

no nível 5 do IPC: condições catastróficas ou de fome.

Diretor-geral da FAO, QU Dongyu afirmou que com menos segurança alimentar, a desigualdade vai se tornar ainda maior. Ele alertou para um “pico de fome aguda global”, com a possibilidade de um agravamento da situação no contexto atual. A FAO diz que é imprescindível proteger as pessoas, o sistema agroalimentar e a economia contra futuros choques.

OMC ALERTA: PAÍSES ESTÃO IMPONDO RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS, COMO RESPOSTA À ESCALADA NOS PREÇOS

Ainda na semana passada, a Organização Mundial do Comércio alertou que um número crescente de países estão impondo restrições à exportação de alimentos, como resposta à escalada nos preços, aumentando a inquietação sobre uma potencial “crise global de fome”. Os EUA pretendem anunciar nesta semana, durante reunião do G7, um plano internacional contra a fome e a insegurança alimentar.

Já somam 23 o número de países que restringem as exportações de alimentos. A Índia é o mais recente, na esteira de uma onda de calor recorde que destruiu boa parte de sua safra. O país, que antes queria exportar parte de seu estoque, agora tornou-se um complicador adicional. Os estoques de trigo estão sendo retidos pela Índia.

“Claramente a guerra da Rússia contra a Ucrânia intensificou em todo o mundo o problema da insegurança alimentar”, disse a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, durante visita a um centro de refugiados ucranianos em Varsóvia, na Polônia. “A guerra está tendo um impacto além da Ucrânia e é algo que nos preocupa muito”.

O presidente do Banco da Inglaterra (BoE), Andrew Bailey, chegou a alertar que os preços dos alimentos ganharão níveis “apocalípticos”, causados pela invasão da Rússia, e podem ter um impacto desastroso sobre os pobres do mundo.

Em documento apresentado na OMC, o governo dos EUA diz que o aumento recente dos preços de alimentos e a maior escassez desses produtos e de insumos ameaçam agravar a fome e a desnutrição, desestabilizar sociedades fragilizadas, favorecer migrações e causar graves perturbações econômicas.

Para Washington, as restrições à exportação de produtos agrícolas contribuíram fortemente para a crise alimentar mundial de 2008-2010, e conclamou os países a evitarem restrições injustificadas, como limites à exportação, constituição de estoques excessivos de produtos agrícolas e outras medidas que possam ampliar a atual insegurança alimentar. •



CENTRAIS DENUNCIAM CARESTIA DE BOLSONARO

Entidades sindicais anunciam a convocação de atos em todo o país em protesto contra a alta da inflação e em defesa da democracia brasileira. “Está mais do que na hora de dar um basta!”, diz a nota assinada pelas nove centrais de trabalhadores

As principais centrais sindicais brasileiras voltaram a manifestar preocupação com o aprofundamento da crise econômica e social que o Brasil enfrenta e anunciaram que estão convocando a realização de manifestações em todo o país contra a carestia e em defesa da democracia, constantemente ameaçada pelo presidente Jair Bolsonaro. “Está claro que o atual governo não tem capacidade

ou interesse em debelar as causas da crise econômica e social”, alertam as organizações dos trabalhadores.

Segundo as entidades, a situação é grave com metade da população em insegurança alimentar, mais de 12 milhões de trabalhadores desempregados, e 4 milhões em situação de desalento. Reunião das centrais ocorrida na quarta-feira, 17, resultou em uma nota de mobilização do movimento sindical brasileiro para uma grande campanha que

deverá nortear as ações da classe trabalhadora ao longo de 2022.

Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Central Sindical CSP (Conlutas), Intersindical Central da Classe Trabalhadora e a Pública Central do Servidor divulgaram nota, cuja íntegra segue:

CONTRA A CARESTIA E EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Tendo em vista as carências da classe trabalhadora em meio a uma conjuntura marcada pela carestia, aumento da fome e da pobreza, aumento da inflação, redução da renda e alta taxa de desemprego, as centrais sindicais, após reunião realizada em São Paulo em 17 de maio de 2022, apontam que a luta contra a carestia e a defesa da democracia deverão nortear as ações do movimento sindical brasileiro ao longo deste ano.

Já está claro que o atual governo não tem capacidade ou interesse em debelar as causas da crise econômica e social. O governo até agora, depois de mais de três anos no poder, não apresentou nenhuma política consistente de desenvolvimento e geração de empregos. Ao contrário, implementa uma gestão voltada ao receituário de privatizações, cortes orçamentários e aumento da taxa de juros.

Como se não bastasse, não resolver a crise buscando caminhos que só a aprofundam, o governo ainda cria problemas de outra ordem, ameaçando, frequentemente, a estabilidade da democracia brasileira e o retorno do golpismo e da ditadura.

Conclamamos aos trabalhadores brasileiros reforçar a mobilização contra a fome, a miséria e em defesa da democracia:

- *trabalhando pela unidade das centrais sindicais como forma de intensificar a luta;*
- *ampliando a resistência sobre as investidas aos direitos trabalhistas no legislativo e judiciário;*
- *apoiando o processo eleitoral que acontecerá em outubro;*
- *fortalecendo as campanhas salariais das diversas categorias*

BRASIL TEM OS JUROS MAIS ALTOS DO MUNDO

O ciclo infernal em que se meteu a economia brasileira pelas mãos do ministro Paulo Guedes fez o país retomar o topo da lista de países que cobram os juros reais – descontada a inflação – mais altos do mundo. Na lista da consultoria Infinity Asset, os juros reais no país chegaram a 6,69% ao ano. Com isso, o Brasil reconquistou a “coroa” perdida para a Rússia em março.

Agora, o patamar brasileiro está quase cinco vezes acima do registrado na Rússia (1,36%), que em março elevou para 20% a taxa nominal de juros para conter a desvalorização de sua moeda, o rublo, após as sanções pelo conflito no Leste Europeu. O Brasil não está em guerra, mas a nação que tem Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto e Guedes como ministro da Economia nem precisa de guerra para que sua economia naufrague.

A insistência do Banco Central em manter a alta contínua da Selic, na prática, protege os investimentos dos mais ricos enquanto produz maior insegurança econômica para trabalhadores e micro e pequenos empresários. O número de desempregados estacionado em 12 milhões de pessoas desde o fim de 2021 é uma prova disso. E há outros efeitos nefastos para a economia popular

No início de maio, o Comitê de Política Monetária do Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) para 12,75% ao ano. Foi o décimo aumento seguido de uma trajetória de alta iniciada em março do ano passado. E sem resultados. Desde o início de 2022, a Selic disputa com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial, que indicador chegará antes aos 13% ao ano – e continuará subindo. • **Agência PT**

como uma forma de luta unitária contra a carestia;

- *convocando atos nacionais, regionais e locais contra a carestia, a miséria, o desemprego e a defesa da democracia.*

Esperamos com tais ações e mobilizações suscitar o debate entre a população acerca da necessidade de mudança da atual rota política e econômica que só beneficia os mais ricos e de apoiar um projeto de desenvolvimento econômico baseado na industrialização, geração de empregos de qualidade, valorização do salário mínimo e da renda do trabalhador, justiça social e soberania.

Está mais do que na hora de dar um basta! Por isso, convocamos todas as instituições democráticas a se unirem pela melho-

ria das condições da população, na defesa da democracia e contra o golpismo.

Sérgio Nobre,
Presidente da CUT

Miguel Torres
Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah
Presidente da UGT

Adilson Araújo
Presidente da CTB

Antonio Neto
Presidente da CSB

Oswaldo Augusto de Barros
Presidente da NCST

Atnágoras Lopes
Secretário-executivo da Conlutas

Nilza Pereira
Secretário-geral da Intersindical

José Gozze
Presidente da Pública
Central do Servidor



VENDA DA ELETROBRÁS

É CRIMINOSA

TCU dá aval ao entreguismo do governo, que sabota a maior empresa de energia elétrica da América Latina – vital para o desenvolvimento do país – para doá-la na bacia das almas. PT e oposição tentam barrar a privatização da holding na Justiça

O projeto do governo Bolsonaro de entregar a preço de banana a Eletrobrás, a maior empresa de energia elétrica da América Latina, obteve o aval do Tribunal de Contas da União (TCU), no último dia 18 de maio, e já pode ser considerada a grande nego-

ciata da década. Pelo projeto, a participação da União no capital votante da Eletrobrás será reduzida dos atuais 72% para 45%. Um dos pontos embutidos no projeto é que o impacto da futura privatização da companhia no preço da conta de luz será nulo.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), presidente da Frente

Parlamentar em Defesa da Petrobrás, alerta que a venda da estatal é um grande erro que pode custar caro ao país. “Esse processo envolve vender a controladora de todas as controladoras do sistema elétrico”, disse.

Ele lembra que a Eletrobrás é a holding da Chesf, de Furnas, da Eletronorte, da Eletrosul, de

50% de Itaipu, da Eletronuclear e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). “E o que é que se faz através da Eletrobrás e que a gente vai perder? Redirecionamento de políticas sociais; socorro a distribuidoras em dificuldade, como aconteceu agora há pouco no Amapá; abertura de novas fontes de geração e fornecimento de energia”, enumerou.

O governo planeja protocolar nesta semana a operação de aumento de capital da Eletrobrás na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado acionário americano. Em outra frente, o grupo de bancos responsável pela operação – liderado pelo BTG – organizará um “road show” para divulgar o processo com investidores nacionais e estrangeiros.

As alegações apresentadas pelo ministro do TCU Vital do Rêgo, único voto contrário à privatização, são fonte de argumentos para contestações ao processo. Os protocolos da Justiça podem atrasar ou até mesmo inviabilizar a privatização. Em último caso, ações no Supremo Tribunal Federal (STF) podem se prolongar até o período eleitoral ou mesmo além.

A venda da Eletrobrás foi aprovada por 7 votos contra 1 pelo TCU. Mas os argumentos apresentados pelo ministro Vital do Rêgo contrário à operação são fortes. Ele apontou ao menos seis ilegalidades na privatização da estatal nos moldes propostos pelo desgoverno Bolsonaro. “São afrontas diretas a leis. Sem se falar em inobservância a normativos infralegais e à própria Constituição Federal, além de descumprimento de acórdão e de jurisprudência do TCU”, afirmou.

“As irregularidades representam erros que totalizam o montante de R\$ 40 bilhões, referentes a tributação, endividamento líquido ajustado da Eletrobras”, disse

o ministro. “Sem falar do possível prejuízo bilionário de Angra 3 e na ausência de valores bilionários de indenização de transmissão”. O ministro do TCU foi contundente: “Estamos diante de desfazimento de patrimônio público por valor menor do que de fato representa”.

O PT e partidos de oposição decidiram denunciar a venda da empresa na Justiça. Quatro ações foram ajuizadas na semana passada nas justiças federais de Alagoas, Bahia e Paraíba e no Supremo Tribunal Federal (STF). Impetradas por parlamentares

VITAL DO RÊGO APONTA IRREGULARIDADES QUE TOTALIZAM O MONTANTE DE R\$ 40 BILHÕES DE PREJUÍZO, CASO A ELETROBRÁS SEJA PRIVATIZADA

do PT e dirigentes sindicais, as ações questionam e contestam questões relativas a impactos tarifários, transparência de informações e contratos de concessão relacionados à privatização da Eletrobrás.

Nesta semana, a Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), Associação dos Empregados de Furnas (Asef) e Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) também apresentarão nova denúncia à SEC, após acusar a ges-

tão bolsonarista da empresa de omitir riscos com a crise da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira (RO). Agora, as entidades questionarão os valores estipulados para as usinas de Belo Monte e Itaipu e para a Eletronuclear, que opera a central \ de Angra dos Reis.

Representantes do governo Bolsonaro foram convidados a prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização em duas audiências públicas na Comissão de Infraestrutura do Senado. Autor dos pedidos, o líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN). Ele disse que o governo vem sabotando a Eletrobrás e considerou “previsível” o resultado no TCU. “O governo usou de todos os recursos a seu dispor para assegurar que alguma privatização fosse feita no mandato”, alerta.

“Foram quatro anos para concluir uma única privatização, comprovadamente subvalorada, desmontando a espinha dorsal da infraestrutura energética brasileira, à custa de um sem fim de jabutis”, denuncia Jean Paul Prates. “Isso tudo foi fartamente denunciado, ainda que uma parte da imprensa tenha escolhido não dar ao absurdo seu devido valor, já que para privatizar, vale tudo”. O governo espera levantar entre R\$ 22 bilhões a R\$ 26,6 bilhões com a oferta primária da empresa.

A Eletrobrás é uma holding que controla seis grandes subsidiárias nacionais que atuam nos setores de geração e transmissão de energia elétrica: Eletrosul, Chesf, Eletronorte, que incorporou, em 2021, a Amazonas GT, Eletronuclear e Furnas. A estatal é dona, em nome do governo brasileiro, de metade do capital de Itaipu Binacional. A holding detém uma capacidade instalada de 50,5 gigawatts (GW), o equivalente a 28% do parque de geração do Brasil; e 73,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, o equivalente a 40% do sistema brasileiro. •



EMPREENDEDORISMO: UMA SOLUÇÃO CRIATIVA E COLETIVA EM ARARAQUARA

Em quatro meses, cooperativa de motoristas da cidade consolida aplicativo próprio, eleva ganhos e diminui jornada. Agora, se prepara para segunda geração da plataforma

Isaías Dalle

Está funcionando bem o aplicativo adotado pela cooperativa de motoristas Coomappa, de Araraquara (SP). O grupo, formado por 270 pessoas, resolveu criar a cooperativa e adotar um aplicativo alternativo às plataformas Uber

e 99 para poder ganhar melhor e ter jornadas de trabalho reduzidas.

Hoje, quase quatro meses após ter entrado em operação comercial, a cooperativa está realizando, graças ao aplicativo, em média, 550 corridas diárias durante a semana e 700 aos sábados e domingos. Segundo os cooperados, 95% dos valores

das corridas ficam com os motoristas e os demais 5% são destinados a remunerar o aplicativo e a própria cooperativa.

Com isso, a vida dos cooperados está melhorando. Katia Anello, presidenta da Coomappa, explica que sua jornada de trabalho, que anteriormente era de 14 a 16 horas por dia, hoje é

de 10 horas, para atingir o mesmo resultado financeiro ao final do mês. “É gritante a diferença. Uma corrida de R\$ 10, a gente fica com R\$ 9,50. Com o Uber, é R\$ 6,40, no máximo”, relata.

Uma parte dos cooperados ainda tem trabalhado com os aplicativos tradicionais, quando há tempo livre entre uma chamada e outra. Mas já há quem os tenha deixado de lado por completo, informa a cooperativa. Do ponto de vista de proteção trabalhista, todos têm recolhido as contribuições previdenciárias pelo regime de microempreendedor individual. No médio prazo, o grupo pretende adotar a contribuição via cooperativa.

Além dos 270 cooperados ativos, há uma espera de aproximadamente 1 mil motoristas que querem ingressar na Coomappa, e que agora estão passando por treinamento e cursos, em parcerias com a prefeitura e entidades como o Sebrae. Segundo a Coomappa, essa preparação é importante para a compreensão sobre o modelo e os objetivos de uma cooperativa de trabalhadores. Essa procura pode ser vista como um termômetro da evolução da empreitada.

Adaptação

O processo de adaptação teve seus problemas nos dois primeiros meses, com dificuldades geradas principalmente pelo GPS adotado pela plataforma. Atualmente, o funcionamento está bem equacionado, atesta Katia Anello. O aplicativo em uso, Bibi Mob, é uma franquia que opera em outras regiões, mas em Araraquara é de uso exclusivo da Coomappa. “Nós adotamos essa franquia em caráter de urgência, porque ninguém mais suportava Uber e 99”, explica.

Porém, um novo aplicativo, feito sob medida, está sendo desenvolvido por uma equipe de

especialistas montada pela prefeitura da cidade. Comandada por Edinho Silva, do PT, a prefeitura tem participado e apoiado a cooperativa desde o início. Além do novo aplicativo, uma das formas de apoio é a cessão de um espaço físico para sediar a cooperativa e servir de base para os motoristas em serviço.

Com o novo aplicativo que substituirá o atual, a cooperativa pretende ter mais rapidez para efetuar adaptações que as circunstâncias exigirem. Aberta aos cooperados, a tecnologia poderá ser moldada com menos níveis de interferência e dependência. A entrega está prevista para junho. A operação começará em caráter de transição, com o Bibi Mob ainda em uso, para evitar solavancos no trajeto.

Por enquanto, o aplicativo alternativo parece agradar aos usuários. “Já usei quando não encontrava outros aplicativos de transporte particular. Costuma funcionar bem, não dá problemas de conexão”, atesta a especialista em mídias sociais Geovana Oliveira, moradora da cidade. Ela diz que tende a chamar primeiro os aplicativos mais tradicionais. “O que falta são os usuários e motoristas acreditarem na plataforma da cooperativa, pois além de ser algo que movimenta a economia da cidade, é mais barato”, defende.

O fato é que a cooperativa ainda não realizou uma campanha de publicidade porque a intenção é aguardar a plena operação do novo aplicativo e o ingresso dos demais candidatos. “Queremos garantir nossa preparação antes de um forte aumento da demanda”, explica Katia. Até agora, a divulgação ficou restrita a reportagens feitas no lançamento da iniciativa, nos meses de janeiro e fevereiro. E no contato direto entre motoristas e passageiros.

Entre os defensores da proposta de cooperativas de traba-

lho como modelo de geração de emprego e renda, a palavra solidariedade é empregada com frequência. No caso da Coomappa, vai além de definição. O germe da união dos motoristas tem início com o incêndio que destruiu o carro da Katia Anello, pouco antes do início da pandemia.

Ela já trabalhava como motorista de aplicativo havia dois anos, não tinha seguro do carro, que estava financiado. “Um grupo de cinco amigos se uniu pra me ajudar. Fizeram uma vaquinha, me apoiaram para alugar um outro veículo”, lembra. Daquele episódio, começaram as discussões para encontrar uma alternativa à penúria que atinge os motoristas de aplicativo, em geral.

No início, procuraram a prefeitura para pedir ajuda na organização de um sindicato que os defendesse das más condições de trabalho impostas pelos grandes aplicativos. “Mas não cabe à prefeitura organizar sindicato. Então propusemos, quando nos procuraram, a alternativa de organizar uma cooperativa e buscar um aplicativo próprio”, recorda Camila Capacle, coordenadora de Trabalho e Economia Criativa e Solidária da prefeitura.

Foi uma resposta baseada na experiência acumulada desde 2001, no primeiro mandato de Edinho. A cidade tem programas que geram trabalho e renda para catadores de material reciclável, cozinheiras e agricultores familiares. A administração é a principal contratante desses serviços e produtos. Camila usa a expressão “empreendedorismo coletivo” para se referir ao modelo. Em breve, anuncia, a próxima cooperativa em operação será a dos motoentregadores. Eles aguardam o pleno desenvolvimento do aplicativo que está em gestação para também embarcarem nessa empreitada. •

Ricardo Stuckert

25 de maio de 1959

IBAD FINANCIA A DIREITA BRASILEIRA

Fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), organização conservadora e anticomunista vinculada à Agência Central de Informações (CIA) norte-americana. A entidade atuaria nas áreas rural e parlamentar, no movimento estudantil, nos sindicatos e na ala conservadora da Igreja, como instituições católicas de extrema-direita. Também passa a manter estreitas relações com organizações paramilitares – a exemplo do Movimento Anticomunista (MAC) e da Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD).

A partir da posse de João Goulart na Presidência da República, em 1961, o Ibad intensifica suas ações com o objetivo de estimular um amplo processo de mobilização anticomunista e de oposição ao governo e suas reformas. Em 1962, o instituto cria dois braços de atuação: a Promotion SA e a Ação Democrática Popular (Adep). A primeira era uma agência de publicidade. Já a Adep passaria a atuar pesadamente nas eleições de 1962, despejando dinheiro nas campanhas de 250 candidatos a deputado federal e 600 a estadual, além de oito candidatos a governador. Os recursos provinham da CIA, de multinacionais (ou empresas associadas ao capital estrangeiro) e de fontes governamentais dos EUA.



Maio de 2003

CRIADAS AS SECRETARIAS PARA MULHER E NEGRO

O Congresso Nacional sanciona a Lei 10.678/2003, aprovando a Medida Provisória 111, que cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Cinco dias depois, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei 10.683/2003, criando a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e elevando a Secretaria de Direitos Humanos, anteriormente vinculada ao Ministério da Justiça, ao status de ministério.

Em maio de 2003 também foram criados o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

e o Conselho Nacional de Economia Solidária, e recriado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O conjunto desses atos demonstrou o foco na equidade, no respeito à diversidade e na promoção dos direitos.

Desde a Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais reivindicavam a criação de órgãos nacionais de políticas públicas para esses setores da população. Em 2004, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional se converteria no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Outras datas históricas

20/05/1990: Regulamentado o Direito de Tendências pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

23 e 24/05/1998: Encontro Nacional Extraordinário do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo (SP).

25/05/2003: Néstor Kirchner toma posse como presidente da Argentina.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br



23 de maio de 2008

DOZE PAÍSES LATINOS CRIAM A UNASUL

Em 23 de maio de 2008, chefes de Estado das 12 nações da América do Sul – entre eles o então presidente Lula – assinaram o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Nasceu assim a Unasul.

Abrangendo duas áreas de mercado comum (Mercosul e Comunidade de Países Andinos), a Unasul surgiu como organismo de integração regional, com o objetivo de estabelecer um novo pólo de referência internacional no cenário da nova ordem global.

O órgão nasceu com o desafio de construir um pensamento estratégico integrador nos campos político, econômico e social, que unisse os povos, inovasse nos processos de inclusão e superasse os entraves burocráticos. Apresentando-se como uma instância independente da influência dos Estados Unidos, a Unasul previa inclusive a integração militar entre os países-membros.

Brasil e Venezuela tiveram papel de destaque nas articulações para a construção da Unasul, cujos integrantes se propuseram a estabelecer uma nova área de livre-comércio, apesar de políticas externas e econômicas por vezes divergentes. Dessa forma, a entidade se estabeleceu como importante instância político-econômica regional.

Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a saída do Brasil da União de Nações Sul-Americanas.

24 de maio de 2007

HANSENIANOS TÊM REPARAÇÃO HISTÓRICA

Pessoas com hanseníase submetidas à internação e ao isolamento compulsórios em hospitais-colônia conquistaram direito à pensão vitalícia em 24 de maio de 2007, quando o presidente Lula sanciona a Medida Provisória 373/2007. Assim, o Brasil se torna o segundo país do mundo a adotar a medida, depois apenas do Japão.

O contágio da hanseníase – antes chamada e conhecida como lepra – se dá somente após contato próximo e prolongado, ao contrário do perpetuado pelo senso comum. Mesmo assim, desde a década de 1920 até meados dos anos 1980, as pessoas com diagnóstico da doença eram isoladas do convívio com a sociedade, obrigadas a se internar em hospitais-colônia, pejorativamente chamados de “leprosários”.

Muitas vezes as internações aconteciam à força, após buscas em escolas e locais de trabalho. Aos doentes, não era dado nem o direito de se despedir de seus familiares ou de reunir seus pertences. Crianças nascidas nos hospitais-colônia eram imediatamente separadas dos pais e enviadas a orfanatos e educandários próprios para elas. Essa política cruel só foi definitivamente extinta em 1986.

A MP – que virou lei em setembro daquele ano – nasceu da articulação entre o governo federal e o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan). Ao estabelecer o direito à pensão reparatória, o Estado brasileiro assumiu sua responsabilidade pelas violações sofridas por estes cidadãos.

COMO DERROTAR O FASCISMO NAS ELEIÇÕES E SEMPRE

Livro propõe estratégias para vencer o fascismo à brasileira.
O sociólogo Sérgio Amadeu e o jornalista Renato Rovai
recriam sentido do midiativismo em obra instigante



A primeira vista, o título do livro de Sérgio Amadeu e Renato Rovai parece pretensioso. Se pensamos o fascismo como o processo político e ideológico que desaguou na Segunda Guerra Mundial, não há como derrotá-lo a não ser a custa de milhões de vidas e uma mobilização militar que envolveu uma boa parte do mundo tal como o conhecemos. E, por outra, supondo que é preciso um “guia-manifesto” para combater e, oxalá, vencer o fascismo significa que ele nunca foi completamente derrotado. No entanto, Sérgio Amadeu e Renato Rovai cravam a ascensão da nova direita, inclusive no Brasil, como um movimento de características francamente fascistas que, apesar disso, pode e deve ser derrotado.

A provocação do título acaba por se desfazer, no entanto, pela que se depreende da preocupação que orienta todo esse livro instigante. Organizado como um guia-manifesto, o livro situa teórica e historicamente aquilo que os autores conceituam como o “fascismo de molde bolsonarista” e suas características como movimento recente e cada vez mais numeroso da direita mundial. Em seguida, delimitam o campo de batalha das redes, explicando como se desenrolaram as tramas daquilo que chamamos hoje de redes sociais e, na terceira parte, dedicam-se a sugerir modos de organização e combate.

Amadeu, sociólogo, e Rovai, jornalista, pertencem à geração de ativistas que viu o Brasil se redemocratizar depois da Ditadura Militar e ver experiências governamentais de esquerda chegarem ao poder aqui no Brasil. Ao mesmo tempo, ambos se dedicaram ao que acabou por

se chamar de mídiativismo, ou seja, novas possibilidades de organização e mobilização política proporcionadas pelas redes digitais de comunicação. Se hoje é parte da experiência cotidiana e comum a milhões de pessoas e é dominada por megacorporações transnacionais, plenamente integrada ao modo de funcionar do neoliberalismo, a internet inicial tinha um quê de mistério, sobretudo por conta da tecnologia ainda não acessível a todos, e uma aura libertária, quase utópica.

Parte dessa aura não era simples projeção de hippies tardios e ativistas políticos de causas mais difusas dos anos 2000; uma das características da tecnologia digital é justamente a junção de uma estrutura descentralizada de comunicação (quase) independente do mundo analógico e a possibilidade de criação de redes de conexão, troca de informação e disseminação de mensagens, em tese, com a mesma capacidade de atingir seus alvos que um grande veículo de imprensa apoiado por uma grande empresa.

Ainda que a democracia das redes fosse, em parte, uma ilusão dado que a internet é a vitrine de uma revolução tecnológica ao neoliberalismo, muitas experiências políticas significativas, à esquerda e no espectro progressista, das últimas décadas utilizaram-se da mobilização e da organização em rede. Nesse sentido, a Parte 2 do livro de Amadeu e Rovai é particularmente interessante, uma vez que discute o papel do funcionamento das redes em conjunturas políticas que ainda estão para ser entendidas em sua totalidade, sem cair na concepção muito recorrente (e derrotista) de que as redes foram fagocitadas pelo neofascismo e, portanto, é como se fossem e sempre tivessem sido o habitat natural dos movimentos de uma

COMO DERROTAR O FASCISMO

em eleições
e sempre

Um guia-manifesto
para a organização
coletiva e mobilização
permanente em rede

**SERGIO AMADEU
E RENATO ROVAI**



direita cada vez mais agressiva e inescrupulosa.

Assim, na terceira e última parte do livro, os autores elencam uma série de proposições práticas para agir - e agir já. O senso de urgência justifica-se, pelo perigo do fascismo e, para além de usar as redes para “criar narrativas” a respeito de uma causa ou um momento específico de campanha política, Amadeu e Rovai partilham sugestões estratégicas de como sair das redes e retomar as lutas políticas também nos coletivos e nas ruas.

“Como combater o fascismo em eleições e sempre” é, por tudo isso, um livro com a urgência que a conjuntura política impõe e com a clareza necessária para se tornar um manual mesmo para o combatente antifascista contemporâneo. Não se pode deixar de mencionar que o projeto gráfico inteligente de Helena Henneemann contribui não apenas para legibilidade e usabilidade do livro de Sérgio Amadeu e Renato Rovai como manual, mas plasma na diagramação elegante e clara as características ágeis das tecnologias de comunicação. •



O CINEMA PERDE BRENO SILVEIRA

Diretor de *Dois filhos de Francisco* e *Gonzaga: de pai para filho* morre de infarto fulminante do coração. Ele estava rodando um novo filme com a atriz Fernanda Montenegro

A sétima arte nacional está de luto. O cinema brasileiro perdeu, na última semana, o diretor Breno Silveira, diretor de filmes consagrados nos últimos 20 anos, como *"Dois filhos de Francisco"* (2005) e *"Gonzaga: de pai pra filho"* (2012).

Ele morreu em Limoeiro, Pernambuco, onde rodava o filme *'Dona Vitória'*, estrelado pela atriz Fernanda Montenegro. Breno tinha 58 anos e havia contraído a covid durante as filmagens. Ele era hipertenso e havia se recuperado da infecção, após um período de paralisção das filmagens.

No set de filmagem, Breno precisou dar uma corridinha para dirigir a cena e sentiu taquicardia. Chegou a medir a pressão arterial, que estava elevada. Como era hipertenso e a indisposição se mostrou leve, não parou a filmagem. Em seguida, teve um ataque fulminante atrás do monitor. Ele

chegou a ser socorrido no local e foi levado para o hospital, mas já chegou morto.

O cineasta foi um dos intérpretes da realidade brasileira ao dirigir o filme *"Dois Filhos de Francisco"*, sobre a trajetória dos cantores sertanejos Zezé Di Camargo e Luciano. O filme é considerado um retrato do Brasil por fotografar a ascensão da classe C durante o primeiro governo Lula. "Ele foi um divisor de águas na vida de Zezé Di Camargo e Luciano. Éramos conhecidos, mas não tínhamos o respeito da crítica séria... A visão dele do nosso pai, como conduziu [o filme], trouxe isso pra nós", lamentou o cantor Luciano.

Há dez anos, estreava outro filme de resgate da história da cena musical brasileira: *"Gonzaga, de Pai pra Filho"*. A película traz a conturbada relação de pai e filho, contando a história de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, e do filho o poeta e cantor Gonzaguinha. A história começa e termina em Exu, no sertão

de Pernambuco, tratando do conflito de gerações entre os dois ícones da MPB. Breno acertou a mão e comoveu o país ao falar das relações entre pai e filho, que encantaram o Brasil com suas canções que marcaram gerações entre os anos 40 e 80. Uma fórmula que Breno já havia testado no filme *"Dois filhos de Francisco"*.

A obra sobre os irmãos Zezé e Luciano atingiu público recorde de 5 milhões de espectadores, estabelecendo um marco no cinema nacional – o maior público desde a retomada nos anos 90. O longa só seria superado dois anos mais tarde por *"Tropa de Elite"*, estrelado por Wagner Moura.

O filme foi grande sucesso de público e foi consagrado no 33º Festival de Cinema de Gramado, embora não tenha ganhado prêmios do júri oficial. Estrelado por Ângelo Antônio, José Dumont e Paloma Duarte, *"Dois filhos..."* chegou a ser indicado para concorrer ao Oscar de filme estrangeiro. •

em busca de Anselmo

produzido por
Camilo Cavalcanti

roteiro e direção
Carlos Alberto Jr.

produção executiva
Camilo Cavalcanti e
Viviane Mendonça

direção de fotografia
Pedro Semanovschi

música original
Lucas Mercier
Fabiano Krieger
Pedro Mibielli

coprodução
WarnerMedia Latina America
Clariô Filmes

Conheça a
jornada de
José Anselmo
dos Santos.
Protagonista
de um dos
capítulos mais
significativos
da luta contra a
ditadura militar.

minisérie em cinco capítulos



BICENTENÁRIO

1822 2022



**DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos

Centro
**Sérgio
Buarque
de Holanda**
Documentação e
Memória Política
Instituído em 2001